

XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da
Informação

Brasília, 2007

Painel 2 – Bibliotecas nas Escolas

10 de julho de 2007

**O Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da UFMG e as
idéias que fundamentaram sua criação**

Bernadete Campello

Professora da Escola de Ciência da
Informação da Universidade Federal
de Minas Gerais e Coordenadora do
Grupo de Estudos em Biblioteca
Escolar

Nesta palestra, que visa a apresentar as ações do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Escola de Ciência da Informação da UFMG (GEBE), pretendemos explorar uma das questões que tem perpassado os debates sobre a biblioteca escolar no Brasil: a biblioteca pública pode substituir a biblioteca escolar? A partir dessa questão focalizaremos as idéias que fundamentaram a criação do GEBE.

A possibilidade de a biblioteca pública assumir funções de biblioteca escolar foi colocada em debate por Etelvina Lima, em 1959, durante o 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, no trabalho *Atendimento de escolares em bibliotecas públicas*, no qual defendeu a idéia de que as bibliotecas públicas deveriam atender os estudantes, funcionando como agentes supletivos, em colaboração estreita com as escolas. A proposta foi acompanhada de diversas sugestões para que os objetivos de duas instituições, com finalidades diferentes, pudessem ser conciliados:

“a) ampliação dos regulamentos das bibliotecas públicas a fim de permitir a frequência de leitores de menor idade às salas de leitura, b) a admissão de

peçoal especializado para atender aos escolares em bibliotecas púlicas; c) composição de um acervo adequado à prestação dos novos serviços; d) elaboração de normas adequadas ao atendimento propriamente dito; e) serviço de relações púlicas no setor de atendimento aos escolares; f) empréstimo domiciliar; g) colaboração com os estabelecimentos de ensino através de serviços de extensão bibliotecária; h) colaboração com os professores” (LIMA, 1959 citado por FERREIRA, 1978, p. 12-13).

Deve-se salientar que a proposta foi feita com base na carência de bibliotecas escolares no país e foi acompanhada por uma exortação para a criação de bibliotecas “bem aparelhadas” nas escolas.

A idéia voltou ao debate durante o 3º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em 1961, em Curitiba, quando Maria de Lourdes Tito apresentou o trabalho *Plano de Assistência às Bibliotecas Escolares*, a ser implantado pela Divisão de Extensão da Biblioteca Púlica de Minas Gerais. Colocando a seguinte questão “Será realmente função da biblioteca púlica realizar a tarefa imposta às bibliotecas escolares?”, a autora respondeu afirmativamente, também fundamentando sua proposta na situação precária das bibliotecas das escolas do Estado. Sugeriu que a Biblioteca Infantil (integrante da Biblioteca Púlica) atendesse sistematicamente os alunos das escolas de Belo Horizonte. Esse atendimento seria complementado pelo Carro Biblioteca, cujo plano de visitas passaria a incluir algumas escolas. A proposta foi além da perspectiva do atendimento aos alunos, e recomendava o treinamento de professores em técnicas biblioteconômicas a serem posteriormente aplicadas nas escolas que contassem com biblioteca. Também sugeriu a centralização, na Biblioteca Púlica, dos serviços de aquisição, catalogação e classificação do acervo, visando o “barateamento geral do trabalho” (TITO, 1961).

Para justificar sua posição a autora argumentava que

“A biblioteca púlica não pode se fixar rigidamente dentro dos limites que lhe são traçados. Acreditamos que, em uma comunidade em que as bibliotecas escolares sejam tão deficientes, a biblioteca púlica não pode restringir suas atividades apenas ao leitor adulto, proporcionando-lhe uma coleção

critérios selecionada e preparada, com um serviço de referência do melhor nível, bem como outras atividades específicas de sua finalidade se não dedicar alguma atenção ao seu futuro leitor. É desnecessário encarar a excelente oportunidade que se nos apresenta, no período de formação dos jovens, para a implantação dos hábitos de freqüência à biblioteca e de amor aos livros, além da obrigatoriedade que temos de lhes proporcionar os elementos necessários à própria educação e formação” (TITO, 1961).

É interessante observar o nível de idealismo da proposta de reunir duas instituições em situação precária à época, pois a própria autora reconheceu que o plano poderia “onerar muito as bibliotecas públicas, freqüentemente já lutando com “problemas próprios de verba e pessoal”. Mas, mesmo assim, apresentou o plano como sugestão “àqueles que, como nós, tenham o mesmo problema e estejam dispostos a um pouco mais de dedicação e sacrifício, tendo em vista os resultados ponderáveis que pensamos, podem ser obtidos” (TITO, 1961).

Passados 17 anos a questão retornou ao debate, desta vez na voz de Carminda Nogueira de Castro Ferreira, que indagou, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*: “Biblioteca pública é biblioteca escolar?” (FERREIRA, 1978). Mudando o eixo da questão, a autora focalizou não mais a situação de carência da biblioteca escolar no Brasil, mas os objetivos propostos por entidades internacionais para as duas instituições. Partindo do princípio de que “sem objetivos claramente definidos não se pode avaliar a eficácia dos serviços”, a autora argumentou que a mudança dos objetivos da biblioteca pública para atender a uma clientela escolar envolveria diversos fatores que implicariam em alterações radicais na estrutura e funcionamento da biblioteca pública, envolvendo: acervo, pessoal, acesso, instalações. Assim, superando a visão de união de carências, presente nas propostas anteriores, a autora avançou no debate, mostrando que questões conceituais precisavam ser discutidas antes de se propor soluções paliativas (FERREIRA, 1978, p. 9-10).

Em 2005, o tema é retomado no livro *Biblioteca escolar brasileira em debate*, organizado por Neusa Dias de Macedo, que reuniu depoimentos de diversas pessoas interessadas na questão. Preocupada com “o desvio das reais funções da

biblioteca pública, ao deixar de servir mais profundamente os diversos segmentos da comunidade em geral, na maioria das vezes dedicando 90% do tempo do pessoal da referência aos estudantes da educação básica”, a autora coloca como um dos pontos de reflexão o seguinte: “Como fica a situação da biblioteca pública ao substituir a biblioteca escolar? (MACEDO, 2005, p. 334). Regina Belluzzo, uma das colaboradoras da obra, apresenta sua posição enfatizando que

“Se cabe ou não à biblioteca pública o atendimento ao estudante em seu apoio didático, é realmente um tema bastante polêmico e que tem provocado opiniões favoráveis e desfavoráveis. Uma pergunta fica em aberto: se não contamos com as bibliotecas escolares, onde os estudantes devem proceder às suas pesquisas e desenvolver o gosto pela leitura, onde poderão obter eles o acesso às informações em fontes tradicionais que não sejam apenas a Internet?” ... Entretanto, é certo que existe uma enorme disfunção nessa área, ao se transformarem as bibliotecas públicas em prestadoras de serviços voltados à escolarização – além de que esse fato provoca outros equívocos, como a concepção aceita tradicionalmente de que, para o desenvolvimento do gosto pela leitura, basta a existência de alguns recursos materiais” (MACEDO, 2005, p. 340-341).

Percebe-se que Regina Belluzzo tocou no ponto fundamental da questão: a necessidade de mediação no trabalho pedagógico. Ela argumentou que a biblioteca pública não tem a proximidade necessária com a escola e com os professores, de forma a criar condições adequadas à pesquisa escolar e ao desenvolvimento das competências para o aprendizado da leitura, enfatizando que essas competências devem se realizar “ao longo de um segmento contínuo, e que nesse seu desenrolar não pode haver saltos nem queima de etapas” (MACEDO, 2005, p. 341).

O aspecto da mediação havia sido aprofundado por Elizabeth Martucci que, em 1997, realizou pesquisa em uma biblioteca pública de um município de porte médio no Estado de São Paulo. A autora elaborou a seguinte questão para seu estudo: “qual o sentido de se educar, próprio do processo de referência ou da mediação da informação em uma biblioteca pública, no qual interagem o atendente e o usuário?” (MARTUCCI, 1997, p. 167). Após analisar detidamente todas as

etapas do processo de atendimento de alunos de 1º e 2º graus* (geralmente oriundos de escolas públicas), a autora concluiu que o processo elimina “qualquer caminho de busca do estudante. A ele não é dado o direito de procurar, de buscar, de avaliar e de tentar resolver seu problema. O atendente busca e resolve por ele; sua única atividade: copiar o que lhe mandaram” (MARTUCCI, 1997, p. 186). Assim, o estudo revelou que a mediação que ocorre na biblioteca pública no processo de atendimento ao estudante reforça a recepção passiva da cultura, reduz a capacidade do aluno de integrar-se à realidade, de transformá-la e de libertar-se, transformando-se, tanto o atendente como o aluno em “homens-objeto e não em homens-sujeitos”. A autora concluiu indagando: “Que barreiras tão gigantescas estão impedindo o desenvolvimento da escolarização e da mediação da informação na biblioteca pública?” (MARTUCCI, 1997, p. 186).

Passados quase 50 anos após a questão ter sido colocada em debate, pode-se extrair, a partir das falas das autoras citadas, alguns pontos que ajudam a esclarecê-la e a fazer sua releitura.

Em primeiro lugar fica nítido o equívoco de propor soluções baseadas em carências, que acabam por fragilizar ambas as instituições (a biblioteca pública e a biblioteca escolar), além de não resolverem o problema, conforme observou Carminda Nogueira de Castro Ferreira ao comentar a proposta feita por Etelvina Lima em 1959: “Todavia, 20 anos já se passaram e ainda estamos sem as desejadas bibliotecas escolares ...” (FERREIRA, 1978, p.13).

Outro ponto que emerge da análise é a ineficácia de propostas genéricas, pois a diversidade de situações das bibliotecas nos municípios brasileiros torna irrelevantes propostas prescritivas, sem fundamentação teórica consistente e baseadas apenas em opiniões pessoais e idealismo. Propor que a biblioteca pública assuma a função de atender os estudantes e, além disso, de coordenar o conjunto de bibliotecas escolares de um município só tem sentido dentro de determinadas circunstâncias, peculiares àquele município.

* Atual ensino fundamental e médio

Finalmente, percebe-se que o problema da mediação pedagógica não se resolve com a solução simplista de colocar atendentes no setor de referência das bibliotecas públicas para auxiliar os estudantes nas suas pesquisas. Estamos falando de um processo de aprendizagem significativa, de produção de conhecimento, que envolve a aquisição de habilidades informacionais que ocorre na fase de escolarização, exigindo o uso constante, regular e adequadamente mediado de uma variedade de fontes de informação. Assim, o local para isso é a biblioteca da escola, que está próxima ao aluno e que pode ser acessada no momento certo, atendendo necessidades específicas e peculiares de cada situação de aprendizagem.

Desse modo, a relação biblioteca pública/biblioteca escolar leva a uma releitura que pode ser feita a partir da seguinte questão: de que maneira bibliotecas públicas que já alcançaram um patamar de qualidade que lhes possibilitaram atingir seus objetivos específicos podem apoiar bibliotecas escolares interessadas em melhorar suas estratégias didáticas baseadas no uso da informação? Portanto, não haverá uma resposta única e o importante é que estratégias que obtiveram êxito sejam registradas e relatadas em fóruns da área, de maneira a serem debatidas, possibilitando o compartilhamento de experiências e a construção coletiva do conhecimento.

No bojo dessa situação de reconhecimento de que a existência da biblioteca é fundamental na escola, não sendo satisfatória a solução de utilização esporádica de bibliotecas públicas é que foi criado o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar, em 1998. A criação do GEBE coincidiu com o cenário de mudanças na educação relatado por Elizabeth Martucci no texto *Rompendo o silêncio: a biblioteca escolar e a trajetória de um pesquisador*, apresentado no 1º Seminário Biblioteca Escolar Espaço de Ação Pedagógica, naquele mesmo ano, em Belo Horizonte. (MARTUCCI, 1999). Neste trabalho, a autora analisou as demandas da sociedade em relação à educação no início do Século XXI e vislumbrou a biblioteca escolar como instrumento fundamental de aprendizagem. Ao mencionar a “redescoberta da biblioteca escolar”, a pesquisadora revelou uma posição que contrastava fortemente com o discurso, até então vigente, sobre a situação da biblioteca escolar no Brasil. Esse discurso caracterizava a biblioteca escolar de forma

extremamente negativa, utilizando expressões como carência, falta, miséria, ausência. A fala de Elizabeth Martucci revelava sua atitude otimista com relação à biblioteca escolar.

“Assim, de maneira inequívoca, a biblioteca escolar passa também a ser uma prioridade revisitada; ela é redescoberta pela educação, além do que o conceito de necessidades básicas de aprendizagem destaca duas estratégias essenciais: dar atenção prioritária à aprendizagem e melhorar o ambiente em que ela se processa, o que abrange a priorização da biblioteca como espaço de aprendizagem e sua conseqüente melhoria como parte do ambiente escolar.

Enfim, volta-se a falar de biblioteca escolar de uma maneira renovada frente às novas demandas da educação e estas considerações mundiais já estão representadas no País pelas políticas públicas na área de educação. Pode-se exemplificar esta assertiva pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que propõem orientações gerais sobre o básico a ser ensinado e aprendido nas oito séries do ensino fundamental, especialmente o de Língua Portuguesa, que está apoiado na existência de uma biblioteca escolar para o desenvolvimento da leitura.

Sem querer fazer um exercício de futurologia, acredito que a biblioteca escolar está sendo resgatada nas políticas públicas e também incorporada à agenda de pesquisa da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Parece ter chegado a hora e a vez da biblioteca escolar que será paulatinamente requalificada em seu tradicional e reconhecido papel na educação. Não é de hoje que se diz que a escola é uma biblioteca rodeada de salas de aula.

Estamos começando a vivenciar uma nova etapa, altamente promissora e temos um compromisso social muito sério na formação de novos profissionais, na produção de novos conhecimentos e no redimensionamento da biblioteca escolar na realidade da escola pública” (MARTUCCI, 1999, p. 34).

As palavras de Elizabeth Martucci, na época professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, inspiraram os pesquisadores do GEBE, que concordavam que a “requalificação” da biblioteca escolar no Brasil se daria a partir de um trabalho de base, representado pela pesquisa e pela formação de profissionais bibliotecários comprometidos com a função pedagógica da profissão. Paralelamente, deveria haver a extensão do

conhecimento gerado pela pesquisa, de forma a beneficiar a sociedade de maneira ampla, completando o tripé que sustenta nossa prática acadêmica (ensino/pesquisa/extensão). É nessa perspectiva, de focalizar o papel pedagógico do bibliotecário, que se situa a ação do GEBE. Optando por uma linha de estudo que tenta compreender *o papel da biblioteca e do bibliotecário na aprendizagem*, o GEBE direciona seus projetos de pesquisa para compreender *como as pessoas aprendem com a informação*. Essa é uma dimensão do trabalho de requalificar a biblioteca escolar no Brasil que o GEBE assume em resposta ao chamamento de Elizabeth Martucci, que enfatiza o compromisso social da Universidade “na formação dos novos profissionais e na produção de novos conhecimentos” que possibilitarão o redimensionamento da biblioteca na escola pública brasileira.

Outras dimensões precisam ser ativadas. Profissionais que atuam em bibliotecas escolares têm responsabilidade na tarefa de requalificar a biblioteca escolar brasileira e podem contribuir registrando e avaliando suas práticas, levando-as a debate nos fóruns profissionais, possibilitando que outros aprendam com suas experiências. A criação de grupos específicos que reúnam bibliotecários de escolas, a exemplo do Grupo de Bibliotecários da Área Escolar de Santa Catarina (GBAESC), pode ser uma maneira de propiciar espaço para que profissionais aperfeiçoem suas práticas por meio de estudos e projetos de capacitação coletivos.

Essas são ações básicas, necessárias para mostrar de forma inequívoca o desejo da profissão de assumir sua função pedagógica e, a partir daí, poder argumentar a favor da criação de verdadeiras bibliotecas escolares no País. É essa a nossa genuína ação política, que certamente irá provocar respostas adequadas de governantes comprometidos com a educação de crianças e jovens no Brasil. Respostas que, com certeza, substituirão programas que se resumem a “meras distribuições de ‘pacotes’ de livros para as escolas”, conforme observava Regina Belluzzo (MACEDO, 2005, p. 341). Oferecendo evidências de que a biblioteca faz diferença na aprendizagem, os bibliotecários poderão contribuir para o estabelecimento de políticas públicas para bibliotecas

escolares, sustentadas em fundamentos sólidos e ocupar seu lugar no aperfeiçoamento das ações educativas no País.

Referências

FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. Biblioteca pública é biblioteca escolar? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n.2/2, p. 9-16, 1978.

LIMA, Etelvina. *Atendimento de escolares em bibliotecas públicas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, 2, 1959, Salvador. Citado por FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. Biblioteca pública é biblioteca escolar? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n.2/2, p. 9-16, 1978.

MACEDO, Neusa Dias de. (Org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: SENAC/CRB8ª, 2005.

MARTUCCI, Elizabeth Márcia. Processo educativo na mediação da informação em biblioteca pública: um estudo fenomenológico. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 167-187, 1997.

MARTUCCI, Elizabeth Márcia. Rompendo o silêncio: a biblioteca escolar e a trajetória de um pesquisador. In: SEMINÁRIO BIBLIOTECA ESCOLAR ESPAÇO DE AÇÃO PEDAGÓGICA, 1., 1998, Belo Horizonte. *Biblioteca escolar espaço de ação pedagógica*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG/Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1999. p. 31-38.

TITO, Maria de Lourdes. Plano de assistência às bibliotecas escolares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, 3., 1961, Curitiba. *Anais ... Curitiba: /s. n./. Sem paginação*.